

Olá, meus amigos!

A seguir, a correção da prova de Contador da Prefeitura de Niterói. Não vislumbramos possibilidade de recursos.

Forte abraço.

**Gabriel Rabelo/Luciano Rosa.**

**Sigam nossas redes sociais!**

**Facebook:** <https://www.facebook.com/gabrielrabelo87>  
<https://www.facebook.com/luciano.silvarosa.3?fref=ts>

**YouTube:** <https://www.youtube.com/user/GabrielRabelo>

**Periscope:** gabrielrabelo87

### **PROVA – CONTADOR – PREFEITURA DE NITERÓI – FGV – 2015**

41. **(FGV/Contador/Niterói/2015)** Em 31/12/x1, o patrimônio líquido da Cia. Alfa apresentava a seguinte composição, em reais:

Capital subscrito	700.000
Capital a integralizar	(200.000)
Reservas de capital	40.000
Reserva legal	100.000
Reserva estatutária	10.000
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>650.000</b>

Durante o exercício de x2, os subscritores do capital social da companhia integralizaram 50.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Por cada uma dessas ações, eles contribuíram com R\$ 1,60 à companhia, em caixa. O lucro líquido apurado pela companhia em 31/12/x2 foi de R\$ 220.000, e não houve constituição de reserva para contingências nem de reserva de lucros a realizar nesse exercício. Como o estatuto da companhia é omissivo quanto aos dividendos obrigatórios, o máximo que poderá ser distribuído a seus acionistas a título de dividendo obrigatório relativo ao exercício de x2 será o montante de:

- (A) R\$ 52.250;
- (B) R\$ 55.000;
- (C) R\$ 104.500;
- (D) R\$ 105.000;
- (E) R\$ 110.000.

**Comentários:**

Vamos iniciar com a integralização do capital com prêmio. Foram integralizadas 50.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, sendo que os subscritores pagaram R\$1,60 por cada ação:

$$50.000 \text{ ações} \times \$1,60 = \$ 80.000$$

Lembramos que o prêmio é contabilizado como Reserva de Capital.

Contabilização:

D – Caixa (Ativo)	80.000
C – Capital Social (PL)	50.000
C – Reservas de Capital (PL)	30.000

Com isso, o PL fica assim:

Capital Subscrito	R\$ 700.000,00
Capital a integralizar	-R\$ 150.000,00
Reserva de Capital	R\$ 70.000,00
Reserva Legal	R\$ 100.000,00
Reserva estatutária	R\$ 10.000,00
Total do PL	R\$ 730.000,00

A empresa obteve um lucro de \$220.000,00.

Se a Reserva Legal fosse constituída pelo percentual máximo (5%) seria de  $\$220.000 \times 5\% = \$11.000$ .

Mas temos que verificar os dois limites da reserva legal: o limite obrigatório (de 20% do Capital Social) e o limite facultativo (quando a Reserva Legal somada às reservas de capital ultrapassar 30% do Capital Social).

Confira a Lei das SAs (Lei 6404/76):

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Muito bem. Vamos calcular:

Limite obrigatório:

Capital Social  $\$550.000 \times 20\% = \$110.000$

Como a Reserva Legal é de  $\$100.000$ , o limite obrigatório é atingido com a constituição de mais  $\$10.000$  de Reserva Legal.

Agora o Limite Facultativo:

Capital Social  $\$550.000 \times 30\% = \$165.000$

Reserva Legal  $\$100.000 +$  Reserva de Capital  $\$70.000 = \$170.000$

Como a soma da Reserva Legal mais as Reservas de Capital ultrapassou 30% do Capital Social, a empresa pode deixar de constituir a Reserva Legal.

A questão pede o "máximo que poderá ser distribuído a título de dividendos obrigatórios", portanto a empresa deverá optar por não constituir Reserva Legal, segundo o limite facultativo.

O dividendo máximo que a empresa poderá distribuir é:

$\$220.000 \times 50\% = \$110.000$

**Gabarito → E**

42. **(FGV/Contador/Niterói/2015)** A Cia. Comercial Beta tem uma participação de 80% no capital social da Industrial Gama S.A., que é composto exclusivamente por ações ordinárias. Durante x1, a Industrial Gama S.A. produziu 250.000 unidades do Produto X, a um custo unitário de R\$ 1,70, tendo vendido, ao todo, 200.000 unidades do produto durante o período. Dessas 200.000 unidades, 100.000 foram adquiridas pela Cia. Comercial Beta, a um preço de R\$ 2,00 cada, que revendeu 60.000 unidades a terceiros independentes do grupo econômico ao qual a Cia. Comercial Beta pertence, por R\$ 2,50 cada. Essas transações não são tributadas, a Industrial Gama S.A. é fornecedora exclusiva dos Produtos X à Cia. Comercial Beta, e no início de x1 nenhuma das companhias possuía estoques desse produto. Desse modo, a menos que seu valor realizável líquido seja menor, no balanço patrimonial consolidado da Cia. Comercial Beta, em 31/12/x1, o estoque de Produtos X estará registrado pelo custo de:

- (A) R\$ 68.000;
- (B) R\$ 80.000;
- (C) R\$ 153.000;
- (D) R\$ 165.000;
- (E) R\$ 180.000.

**Comentários:**

A Industrial Gama produziu 250.000 unidades, ao custo unitário de R\$1,70, e não havia estoque inicial desse produto.

A questão se resume em verificar quantas dessas 250.000 unidades ainda não foram vendidas para terceiros, na data do balanço. Assim:

Gama:

Produziu 250.000 e vendeu 200.000, sendo 100.000 para Beta e 100.000 para terceiros. Estoque final de Gama: 50.000 unidades.

Beta: comprou 100.000 unidades de Gama e vendeu 60.000 unidades para terceiros. Estoque final de Beta = 40.000 unidades.

Estoque final consolidado = 50.000 + 40.000 = 90.000 unidades

Valor Estoque = 90.000 unidades x \$1,70 = \$153.000

**Gabarito → C**

43. **(FGV/Contador/Niterói/2015)** Em 22/07/x0, a Mineradora Delta S.A. recebeu 10 navios cargueiros que havia encomendado junto ao Estaleiro Épsilon S.A.. A vida útil desses navios é estimada em 20 anos, exceto a dos motores e a das hélices, cujos custos são significativos em relação ao total dos navios e têm vidas úteis estimadas em 10 anos. A recomendação do Estaleiro Épsilon S.A. é de que a cada três anos os navios passem por uma inspeção completa, a fim de identificar possíveis falhas em suas peças, para que possam operar com segurança ao longo de toda sua vida útil. A frota teve um custo de R\$ 230 milhões de reais, e foi financiada pela Mineradora Delta S.A. através de um empréstimo tomado junto ao Banco Digama S.A., nesse mesmo valor, com uma taxa de juros de 10% a.a., a ser quitado em 20 parcelas semestrais. Ao aplicar a essa frota os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Mineradora Delta S.A. deve:

- (A) reconhecer os juros do empréstimo junto ao Banco Digama S.A. no custo dos navios;
- (B) desconsiderar quaisquer valores residuais que os navios possam ter ao final de suas vidas úteis;
- (C) depreciar os navios pelo método da linha reta;
- (D) depreciar os motores e as hélices dos navios separadamente;
- (E) reconhecer os valores gastos com as inspeções dos navios no resultado do período em que forem efetuadas

**Comentários:**

Vamos lá!

**(A) reconhecer os juros do empréstimo junto ao Banco Digama S.A. no custo dos navios;**

Item incorreto. Nesse caso, não se trata de ativo qualificável nos termos do CPC 20, uma vez que a empresa recebeu os navios, pegou o financiamento, pagou o estaleiro e depois ficou pagando o financiamento para a Digama.

**(B) desconsiderar quaisquer valores residuais que os navios possam ter ao final de suas vidas úteis;**

Item incorreto. O valor residual deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício.

50. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

51. O **valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício** e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a **mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil**, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**(C) depreciar os navios pelo método da linha reta;**

Item incorreto. Não há obrigatoriedade de depreciação pelo método da linha reta.

60. O método de depreciação utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

61. O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

62. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método da linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A depreciação pelo método linear resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. O método dos saldos decrescentes resulta em despesa decrescente durante a vida útil. O método de unidades produzidas resulta em despesa baseada no uso ou produção esperados. A entidade

seleciona o método que melhor reflita o padrão do consumo dos benefícios econômicos futuros esperados incorporados no ativo. Esse método é aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.

**(D) depreciar os motores e as hélices dos navios separadamente;**

**Gabarito!** Segundo o CPC 27:

**43. Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.**

44. A entidade aloca o valor inicialmente reconhecido de um item do ativo imobilizado aos componentes significativos desse item e os deprecia separadamente. Por exemplo, pode ser adequado depreciar separadamente a estrutura e os motores de aeronave, seja ela de propriedade da entidade ou obtida por meio de operação de arrendamento mercantil financeiro. De forma similar, se o arrendador adquire um ativo imobilizado que esteja sujeito a arrendamento mercantil operacional, pode ser adequado depreciar separadamente os montantes relativos ao custo daquele item que sejam atribuíveis a condições do contrato de arrendamento mercantil favoráveis ou desfavoráveis em relação a condições de mercado.

45. Um componente significativo de um item do ativo imobilizado pode ter a vida útil e o método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de outro componente significativo do mesmo item. Esses componentes podem ser agrupados no cálculo da despesa de depreciação.

46. Conforme a entidade deprecia separadamente alguns componentes de um item do ativo imobilizado, também deprecia separadamente o remanescente do item. Esse remanescente consiste em componentes de um item que não são individualmente significativos. Se a entidade possui expectativas diferentes para essas partes, técnicas de aproximação podem ser necessárias para depreciar o remanescente de forma que represente fidedignamente o padrão de consumo e/ou a vida útil desses componentes.

47. A entidade pode escolher depreciar separadamente os componentes de um item que não tenham custo significativo em relação ao custo total do item.

**(E) reconhecer os valores gastos com as inspeções dos navios no resultado do período em que forem efetuadas.**

Item incorreto!

14. Uma condição para continuar a operar um item do ativo imobilizado (por exemplo, uma aeronave) pode ser a **realização regular de inspeções**

**importantes** em busca de falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o **seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição** se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. **Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado.** Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido ou construído. Se necessário, o custo estimado de futura inspeção semelhante pode ser usado como indicador de qual é o custo do componente de inspeção existente, quando o item foi adquirido ou construído.

**Gabarito → D.**

44. **(FGV/Contador/Niterói/2015)** Em 02/01/x1, a divisão de pesquisa da Indústria Farmacêutica Zeta S.A. deu início a um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento para atender um segmento de mercado considerado importante pela direção da companhia. Na execução desse projeto foram incorridos os seguintes gastos:

Data	Gasto	Montante
31/03/x1	Desenvolvimento da fórmula	R\$ 1.000.000
30/06/x1	Testes	R\$ 500.000
31/10/x1	Patente	R\$ 150.000
30/11/x1	Adequação do processo produtivo	R\$ 200.000
31/12/x1	Propaganda	R\$ 300.000
	<b>Total</b>	<b>R\$ 2.150.000</b>

Findos os testes do medicamento, a direção da companhia concluiu que sua produção era tecnicamente viável, e que os recursos demandados para tanto eram compatíveis com as possibilidades de investimento da companhia e com o retorno comercial esperado do medicamento. Após adequar seu processo produtivo para que pudesse produzir o medicamento da forma pretendida, a Indústria Farmacêutica Zeta S.A. lançou uma campanha de marketing para divulgar o novo medicamento junto aos consumidores. Do total de gastos incorridos nesse projeto, será incluído no custo do ativo intangível gerado internamente o montante de:

- (A) R\$ 150.000;
- (B) R\$ 350.000;
- (C) R\$ 650.000;
- (D) R\$ 1.500.000;
- (E) R\$ 2.150.000.

### **Comentários:**

Segundo o CPC 04:

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os **gastos com pesquisa** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos**.

São exemplos de atividades de pesquisa: a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento; b) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; c) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos; e d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;
- (e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- (f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Como **a empresa concluiu pela viabilidade findos os testes**, e demonstrou que havia viabilidade técnica, passaremos a reconhecer o item como intangível.

**65. O custo de ativo intangível gerado internamente que se qualifica para o reconhecimento contábil nos termos deste Pronunciamento como estabelecido no item 24 se restringe à soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento contidos nos itens 21, 22 e 57.** O item 71 não permite a reintegração de gastos anteriormente reconhecidos como despesa.



67. Os seguintes itens não são componentes do custo de ativo intangível gerado internamente:

- (a) gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos, exceto se tais gastos puderem ser atribuídos diretamente à preparação do ativo para uso;
- (b) ineficiências identificadas e prejuízos operacionais iniciais incorridos antes do ativo atingir o desempenho planejado; e
- (c) gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo.

29. Exemplos de gastos que não fazem parte do custo de ativo intangível:

- (a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (**incluindo propaganda e atividades promocionais**);
- (b) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e
- (c) custos administrativos e outros custos indiretos.

**Portanto, integrarão o custo do intangível os gastos com patente e a adequação do processo produtivo (150.000 + 200.000 = 350.000)**

**Gabarito → B.**

45. **(FGV/Contador/Niterói/2015)** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado (DRE). Contudo, para se apurar o valor adicionado líquido produzido pela entidade, é preciso adotar alguns tratamentos contábeis distintos daqueles aplicados à apuração do resultado, dentre os quais se destaca:

- (A) a inclusão dos gastos com pessoal próprio no custo das mercadorias e produtos vendidos e dos serviços prestados;
- (B) a exclusão, do montante dos juros sobre recursos obtidos junto a terceiros incorridos no período, da parcela que tenha sido capitalizada;
- (C) a consideração da construção de ativos para uso próprio como receita;
- (D) a exclusão dos tributos incidentes sobre as receitas de venda de mercadorias, produtos e serviços;
- (E) a exclusão dos valores de depreciação, amortização e exaustão reconhecidos no período.

### **Comentários:**

Estrutura da DVA:

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
-----------	------	------

<b>1 - Receitas</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)</b>		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
<b>3 - Valor adicionado bruto (1-2)</b>		
<b>4 - Retenções: Depreciação, amortização e exaustão</b>		
<b>5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>		
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
<b>7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>		
<b>8 - Distribuição do valor adicionado (*)</b>		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 - F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		

8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 - Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

**(A) a inclusão dos gastos com pessoal próprio no custo das mercadorias e produtos vendidos e dos serviços prestados;**

Item incorreto. O que entra nos insumos adquiridos são materiais, energia, serviços **de terceiros e outros**. O gasto com pessoal próprio entra na distribuição da riqueza na DVA, item 8.1 – Gastos com pessoal.

**(B) a exclusão, do montante dos juros sobre recursos obtidos junto a terceiros incorridos no período, da parcela que tenha sido capitalizada;**

Os juros entram na remuneração do capital de terceiros.

Remuneração de capitais de terceiros - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- Juros - inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.

**(C) a consideração da construção de ativos para uso próprio como receita;**

**Gabarito! A construção de ativo próprio entra da DVA como receitas! Muita atenção. A FGV está explorando bastante este ponto! Está na parte casos especiais do nosso curso.**

**(D) a exclusão dos tributos incidentes sobre as receitas de venda de mercadorias, produtos e serviços;**

Incorreto.

Venda de mercadorias, produtos e serviços - inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

**(E) a exclusão dos valores de depreciação, amortização e exaustão reconhecidos no período.**

Incorreto.

São as retenções. Item 4 da DVA.

**Gabarito → C.**

46. **(FGV/Contador/Niterói/2015)** Os fluxos de caixa da Eta S.A. durante o exercício de x1 foram os seguintes, em milhares de reais:

Dividendos pagos	(3.000)
Emissão de ações	32.000
Fornecedores de matérias-primas	(78.300)
Juros pagos	(3.800)
Benefícios a empregados	(18.000)
Aquisição de imobilizado	(50.000)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(13.600)
Juros recebidos	4.500
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	118.000
Dividendos recebidos	5.000
Imposto de renda e contribuição social	(3.700)
Alienação de participações societárias	12.800

De acordo como o CPC 03 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa, o menor valor pelo qual o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento da Eta S.A. poderá ser apresentado é de:

- (A) R\$ 11.600.000;
- (B) R\$ 14.600.000;
- (C) R\$ 15.400.000;
- (D) R\$ 18.400.000;
- (E) R\$ 20.400.000

**Comentários:**

**Questão com pegadinha!**

Gravem o seguinte para a prova **[isso cai muito!]**:

		CPC Encoraja	Alternativa
Juros	Pagamento	Operacional	Financiamento
	Recebimento	Operacional	Investimento
Juros sobre capital próprio e dividendo	Pagamento	Financiamento	Operacional
	Recebimento	Operacional	Investimento

(Créditos ao meu amigo Pedro pelo esquema!)

Como a questão quer o menor fluxo de financiamento possível, teremos:

### Fluxo de financiamentos:

- Dividendos pagos	<b>(3.000)</b>
+ Emissão de ações	<b>32.000</b>
- Juros pagos	<b>(3.800)</b>
- Amortização empréstimos	<b>(13.600)</b>
<b>Total do fluxo de financiamento</b>	<b>11.600</b>

**Gabarito → A.**

47. **(FGV/Contador/Niterói/2015)** Em 02/01/x1, a Atacadista Iota S.A. adquiriu 100.000 unidades do Protetor Solar Y, por um custo unitário de R\$ 10,00. Em 09/01/x1, a companhia adquiriu mais 30.000 unidades, por um custo unitário de R\$ 11,30. Em 15/01/x1, a companhia vendeu 40.000 unidades desse produto, por um preço de R\$ 16,00 cada. Em 23/01/x1, foram adquiridas mais 20.000 unidades, por um custo unitário de R\$ 9,75. Em 30/01/x1, a companhia vendeu 60.000 unidades, por R\$ 15,50 cada. Como a companhia não possuía estoques iniciais desse produto, a diferença entre os valores pelos quais o custo dos Protetores Solares Y vendidos durante janeiro de x1 poderá ser apresentado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, será de:

- (A) R\$ 10.000;
- (B) R\$ 10.600;
- (C) R\$ 13.000;
- (D) R\$ 24.000;
- (E) R\$ 34.000.

### **Comentários:**

Montemos o controle de estoque.

A mercadoria pode ser avaliada pelo PEPS ou pelo Custo Médio.

PEPS								
Entrada			Venda			Saldo		
Quant.	V. Unit.	Total	Quant.	V. Unit.	Total	Quant.	V. Unit.	Total
100.000,00	10,00	1.000.000,00				100.000,00	10,00	1.000.000,00
30.000,00	11,30	339.000,00				100.000,00	10,00	1.000.000,00
						30.000,00	11,30	339.000,00
			40.000,00	10,00	400.000,00	60.000,00	10,00	600.000,00
						30.000,00	11,30	339.000,00
20.000,00	9,75	195.000,00				60.000,00	10,00	600.000,00
						30.000,00	11,30	339.000,00
						20.000,00	9,75	195.000,00
			60.000,00	10,00	600.000,00	30.000,00	11,30	339.000,00
						20.000,00	9,75	195.000,00
					<b>CMV</b>	<b>1.000.000,00</b>		

MÉDIA								
Entrada			Venda			Saldo		
Quant.	V. Unit.	Total	Quant.	V. Unit.	Total	Quant.	V. Unit.	Total
100.000,00	10,00	1.000.000,00				100.000,00	10,00	1.000.000,00
30.000,00	11,30	339.000,00				130.000,00	10,30	1.339.000,00
			40.000,00	10,30	412.000,00	90.000,00	10,30	927.000,00
20.000,00	9,75	195.000,00				110.000,00	10,20	1.122.000,00
			60.000,00	10,20	612.000,00	50.000,00	10,20	510.000,00
					<b>CMV</b>	<b>1.024.000,00</b>		

**Diferença: 1.024.000 – 1.000.000 = 24.000,00**

**Gabarito → D.**